

Efeitos de sentido no discurso do/sobre o Programa Escola sem Partido

Meaning's effects in the discourse of/about the School without Party Program

Fábio Rodrigues dos SANTOS (UFAL)
fabio.santos@fale.ufal.br

Sóstenes ERICSON (UFAL)
sericson1@hotmail.com

Recebido em: 28 de abr. de 2020.
Aceito em: 02 de jul. de 2020.

SANTOS, Fábio Rodrigues dos; ERICSON, Sóstenes. Efeitos de sentido no discurso do/sobre o Programa Escola sem Partido. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 10, n. 3, e1895, p. 1-20, set.-dez./2020. DOI: 10.22168/2237-6321-31895.

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar efeitos de sentido produzidos no espaço da sala de aula, a partir de práticas discursivas. Inscrevendo-se na Análise do Discurso inaugurada por Michel Pêcheux, em diálogo com pressupostos bakhtinianos, analisa-se um *corpus* extraído de uma cena enunciativa, na qual são formulados dizeres sobre o Programa Escola sem Partido. Tendo em conta as condições de produção do discurso em sua relação constitutiva com a memória e com o interdiscurso, observou-se que os processos de subjetivação contribuíram para a produção de efeitos de sentido, dialeticamente opostos, materializados em distintos elementos de saber. Tais efeitos apontam para as posições-sujeito em presença, ao tempo em que põem em perspectiva a função social da prática educativa, considerando o pressuposto responsivo, tendo o discurso como mediação para desvelar as contradições da cena brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Escola sem Partido. Efeitos de sentido.

Abstract: This paper aims to analyze the meaning's effects produced in the classroom, based on discursive practices. Enrolling in the Analysis of Discourse inaugurated by Michel Pêcheux, in dialogue with Bakhtinian assumptions, a corpus extracted from an enunciative scene is analyzed, in which statements are formulated about the School *without* Party Program. Taking into account the discourse production's conditions in its constitutive relationship with memory and interdiscourse, it was observed that the processes of subjectivation contributed to the meaning production's effects, dialectically opposed, materialized in different elements of knowledge. Such effects point to the subject positions in presence, while they put in perspective the social function of educational practice, considering the responsive assumption, having the discourse as mediation to unveil the contradictions of the contemporary Brazilian scene.

Keywords: Discourse Analysis. School *without* Party Program. Meaning's effects.

Introdução

No ano de 2018, num período próximo às eleições (tanto antes quanto depois), uma das temáticas que se tornou pauta de discussão entre brasileiros, quer seja no ambiente virtual ou físico, foi o Programa político-partidário¹ nomeado Escola *sem* Partido² (NAGIB, 2014). Embora tenha sido criado em 2004 pelo deputado federal Erivelton Santana e ganhado notoriedade em 2015, inspirando diversos projetos de lei que começaram a ser apresentados e debatidos em espaços de ação legislativa municipal e estadual, bem como no Congresso Nacional, o referido Programa *reapareceu* em 2018 e ganhou amplo destaque midiático, além de encabeçar propostas de governo. A despeito da liberdade de cátedra, “que regra geral se refere especificamente à liberdade do professor em sua atividade de ensino” (RODRIGUES; MAROCCO, 2014, p. 220), o referido deputado e outros defensores advogam a fixação de um cartaz com uma lista do que seriam os “deveres dos professores” nas escolas, conforme citado a seguir:

¹ A utilização desse termo leva em conta a identificação do que chamamos de paradoxo do *sem/com*. Tal paradoxo se constitui a partir do momento no qual, primeiramente, um Programa que se propõe a ser “sem” partido, o nomeado “Escola sem Partido”, surge com um formato partidário, pois tal Programa se desenvolve como “bandeira” eleitoral de partidos específicos da chamada “direita”.

² Ver site <<http://www.escolasempartido.org/>>.

Figura 1 – Quadro de deveres do professor

DEVERES DO PROFESSOR	
I	- O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.
II	- O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
III	- O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
IV	- Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade —, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
V	- O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
VI	- O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Fonte: Escola Sem Partido (2018).

A análise aqui apresentada leva em conta que, conforme Santos e Stella (2012, p. 138), “ao mesmo tempo em que as práticas sociais são ditas, perpetuadas e transmitidas por meio das práticas discursivas, as práticas discursivas precisam das práticas sociais para existirem [...]”, constituindo uma via de mão dupla. Entende-se, então, que o discurso, enquanto uma práxis social que se materializa por meio da linguagem, constrói e é construído por essa mesma realidade, tendo em conta que, como Pêcheux afirmou:

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

Na Análise do Discurso (AD) inaugurada por Michel Pêcheux, desenvolve-se um movimento que parte das práticas discursivas e sociais para se apreender o complexo discursivo na constituição de diferentes dizeres, o que possibilita identificar a formação discursiva na qual esse complexo se inscreve, bem como (re)conhecer a formação ideológica aí representada.

Estamos considerando a relação constitutiva entre o discurso do Programa Escola Sem Partido (doravante PESP) e o *discurso sobre* o PESP, razão pela qual designamos o par do/sobre em suas contradições e deslizamentos de sentido. No que se refere ao *discurso sobre*, tratar de “um efeito imediato do falar sobre é tomar objeto aquilo sobre o que se fala” (MARIANI, 1996, p. 63). No dizer da referida autora, tais discursos “são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja” (MARIANI, 1996, p. 64, grifo da autora).

Com base em Zoppi-Fontana (2003, p. 248), partimos de uma “concepção de corpus [sic] que considera tanto as determinações da história sobre os processos discursivos quanto os efeitos do gesto analítico do pesquisador na seleção, coleta, organização e exploração dos materiais em estudo”. Nosso *corpus* tem caráter heterogêneo e foi formulado a partir de uma postagem da deputada eleita Ana Caroline Campagnolo, em sua página no *Facebook* e publicada pelo jornal O Globo, e de uma Carta institucional da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), voltada para a comunidade acadêmica, em decorrência da repercussão da referida postagem.

Este trabalho tem por objetivo refletir acerca dos efeitos de sentido produzidos no espaço da sala de aula por meio das práticas discursivas que respondem ao Programa Escola *sem* Partido. Simultaneamente, propõe-se um repensar da prática docente como ação equivocadamente neutra e a tomada de posicionamento ético e responsável de intervenção social, por parte do sujeito-professor, a despeito das discussões recentes sobre o referido Programa (TAVARES, 2020).

Atitude responsiva nos processos de subjetivação: a função social da prática educativa em discurso

Na perspectiva de Bakhtin ([1979] 2011, p. 272), “todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau”. Nesse sentido, para o referido autor, o falante

não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – [...] (BAKHTIN, [1979] 2011, p. 272).

Num contexto de política-partidária³, a sala de aula tem se tornando um ambiente, por vezes, tenso e as *atitudes responsivas*, considerando que todo falante é um respondente (BAKHTIN, [1979] 2011), materializam-se nesse espaço face à discursividade em circulação, quer seja pelos deslizos da língua, quer pelas produções de ordem mais ou menos consciente.

De acordo com Silva Sobrinho (2014, p. 38), considera-se o gesto de interpretação como prática discursiva (sócio-histórica) que intervém no mundo, pois “a partir da relação sujeito-objeto (sempre uma relação determinada historicamente), implica, de modo incontornável, o fazer ciência e o fazer política ao mesmo tempo”.

Com base nos pressupostos apresentados por Pêcheux, Zoppi-Fontana (2003, p. 277) entende a “‘posição de sujeito’ como lugar de inscrição/interpelação ideológica a partir do qual o indivíduo se constitui em sujeito das práticas discursivas.” Nessa perspectiva, a partir das posições-sujeito são produzidos os sentidos dos enunciados, bem como a identidade dos sujeitos, cabendo ressaltar que tais posições “não são nem individuais nem universais, mas sócio-historicamente determinadas em relação a uma conjuntura dada” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 277).

Dessa maneira,

se é a posição-sujeito que determina o sentido dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

Ainda de acordo com a referida autora, as posições-sujeito

se caracterizam por um esvaziamento/silenciamento da função enunciativa que afeta tanto os processos de constituição do sujeito quanto os efeitos dos enunciados aí produzidos, cujas formulações sofrem restrições de circulação (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 275).

³ Uso de termo *política-partidária*, ao invés de *político-partidária*, para ser coerente com as discussões de Chantal Mouffe (2015, p. 7-8).

Os processos de identificação são, portanto, de natureza ideológica e constitutivos na inscrição da língua na história, materializando-se a partir da provisoriedade e das relações de dominância/subordinação entre as formações discursivas no interdiscurso, em determinadas condições de produção. Daí,

os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

A marca do inconsciente faz com que todo sujeito tome posição, tornando-se “autor” de seus atos. Nesse sentido, a enunciação designa, “no domínio da ‘linguagem’, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 159, grifo do autor). Todavia, para Pêcheux (2011a, p. 72), é preciso “se desembaraçar da problemática subjetivista centrada no indivíduo, fonte dos gestos e das falas, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo [...]”, ou tomado “como ponto de partida” (PÊCHEUX, 2011b, p. 154), para considerar que, do ponto de vista do materialismo histórico, as relações sociais resultam das relações de classe, às quais correspondem as posições dos sujeitos. Trata-se de levar em conta que “o efeito-sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo” (PÊCHEUX, 2011b, p. 156) e, portanto, ideológico.

Nesse sentido, de acordo com Pêcheux (2011b, p. 156), a formação ideológica caracteriza “um elemento suscetível de intervir, tal como uma força confrontada a outras, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento”. Nessa perspectiva, o discursivo

é uma materialidade histórica sempre já dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como ‘produtores livres’ de seus discursos cotidianos, literários, ideológicos, políticos, científicos etc... [...] (PÊCHEUX, 2011b, p. 156).

Por sua vez, as formações ideológicas comportam uma ou mais formações discursivas (FD), “que determinam *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2011a, p. 73). Cabe salientar, no entanto, que a heterogeneidade é “constitutiva de uma FD como uma modalidade particular do contato entre FDs” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p.

42). Para Pêcheux, uma FD é definida com base em seu interdiscurso, sendo este “*o que regula o deslocamento de suas fronteiras*” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 40, grifo do autor), na materialidade discursiva.

É, portanto, no processo de retomadas sujeitas à falha que “há repetições que fazem discursos” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 46), sendo estas constituídas de *elementos em extensão*, quando se considera “um fragmento de sequência discursiva como determinado por um enunciado que nele toma lugar” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 47). Cabe lembrar que o enunciado é aqui tomado enquanto materialidade discursiva, enquanto nível de existência sócio-histórica, que “remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2011b, p. 151-152).

Põe-se aí um espaço aberto à interpretação e ao funcionamento da ideologia. Importa considerar que na concepção de Saviani (1993), à luz da pedagogia histórico-crítica, o processo de ensino-aprendizagem parte dos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados, considerando professor e estudante como agentes sociais, razão pela qual memória e currículo são constituídos historicamente e ideologicamente, incidindo na produção do conhecimento.

Programa Escola sem Partido: contradição e resistência em discurso

Para Marx ([1983] 2008), cada homem existe numa determinada situação de classe relativa às condições históricas da sociedade e do tempo ao qual pertence. A situação histórica da sociedade é determinada pelo ser social. Ademais, com base no pensamento de Chasin, Amaral afirma que:

não se pode negar o enlaçamento do sujeito-pensante com o complexo histórico-social, de tal maneira que não se pode isolar de tal complexo o pensamento e seus produtos. O complexo histórico-social é, pois, determinante do pensamento (AMARAL, 2013, p. 22).

Por esta via, numa perspectiva discursiva, as condições de produção do discurso são entendidas como “determinações que caracterizam um processo discursivo, inclusive as características múltiplas de uma situação concreta que conduz à produção do sentido linguístico” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 182), sendo a formação discursiva o espaço no qual a ideologia opera como função social.

Neste trabalho, as condições de produção do discurso em sentido estrito remetem ao cenário sócio-histórico-político e de política-partidária do Brasil num período pré e pós-eleições 2018, ocasião em que a deputada estadual eleita em Santa Catarina pelo PSL, até então partido do presidente eleito Jair Bolsonaro, Ana Caroline Campagnolo, “pediu” em sua página da rede social Facebook para que estudantes catarinenses vigiassem seus professores e denunciassem “manifestações político-partidárias ou ideológicas”, segundo informou o sítio de O Globo – Sociedade no dia 29 de outubro de 2018⁴.

Face ao suposto risco iminente de tais manifestações, legisladores e membros do poder executivo do Estado, os quais elaboram e executam as leis e por isso têm uma posição legitimamente superior a qualquer professor, estando alinhados à formação ideológica conservadora do Estado, tornam possível a formulação de dizeres conforme publicado na rede social da referida deputada:

Figura 2 – Postagem da deputada eleita Ana Caroline Campagnolo⁵



Fonte: Facebook (28/10/2018).

⁴ Por Clarissa Pains (2018). Disponível em:<[Deputada eleita por partido de Bolsonaro cria polêmica ao pedir que estudantes denunciem professores](#)>.

⁵ Postagem não mais encontrada na rede social Facebook da referida deputada. Acesso em: 18 abr. 2020.

Imediatamente direcionado ao “estudante catarinense”, a atenção cobrada teve por objetivo fazê-los vigiar e denunciar “professores doutrinadores”, que realizarem “manifestações político-partidárias ou ideológicas”, como formulado na sequência discursiva⁶ (SD) a seguir:

SD1: Na semana do dia 29 de outubro, muitos professores doutrinadores estarão inconformados e revoltados. Muitos não conseguirão disfarçar sua ira e farão da sala de aula uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias em virtude da vitória do Presidente Bolsonaro. Filme ou grave todas as manifestações político-partidárias ou ideológicas que humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência.

Na referida SD, que se dá dialeticamente em oposição à formação ideológica na qual a atitude responsiva do sujeito-professor se constitui, podemos identificar o uso do imperativo (“filme ou grave”), indicando uma dominância sobre aquele que é vigiado – “muitos professores doutrinadores inconformados e revoltados” e “muitos não conseguirão disfarçar sua ira [...]”. Nesse sentido, o sujeito-legislador assume uma relação dominante para com o dominado (professores) e, ao mesmo tempo, atribui aos seus interlocutores (estudante catarinense) o poder de vigiar e denunciar.

A temporalidade inscrita no enunciado (na semana do dia 29 de outubro) aponta para um momento em que um país dividido estava diante da euforia (do grupo dominante) e das incertezas, por parte dos segmentos alinhados ao candidato derrotado nas urnas. A suposta dificuldade em lidar com a derrota (inconformados, revoltados), traduzida pela ira e, principalmente, pelos “muitos” que não conseguiriam disfarçá-la contribuiria para que a sala de aula se transformasse num lugar de “queixas político-partidárias”, transformando os estudantes em uma “audiência cativa”.

Para além do efeito imediato das relações entre estudantes e professores, produzido por tal suposição, estaria a defesa de uma escola sem partido, conforme observado no canto inferior da postagem, em alusão ao Programa abordado nesta análise. Por esta via, põe-se em suspenso a função social da escola, ao tempo em que se ressignifica o seu papel, a partir de uma perspectiva orientada por interesses

⁶ Tomamos *sequência discursiva* neste trabalho como *enunciado*, entendido como a materialidade da língua que se dá por meio de signos ideológicos, os quais se veem marcados pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado.

dominantes. Reduzindo os interlocutores pela homogeneidade da designação “estudante catarinense”, embora a repercussão tivesse abrangência nacional, foram silenciados os fundamentos de distintos projetos de classes sociais, para polemizar sobre os seus efeitos mais imediatos no espaço da sala de aula.

A repetição de “muitos professores” e “muitos” dá uma dimensão de que no âmbito da educação haveria um espaço de resistência ao candidato vencedor, e mais que isso, que não seriam poucos os “professores doutrinadores”. A adjetivação “doutrinadores” marcaria na designação uma forma de identificar uma prática docente subversiva à ordem, razão pela qual deveria ser filmada ou gravada. Todavia, as expressões restritivas afunilam os sujeitos e práticas sobre os quais o olhar vigilante deve ser direcionado.

1. Muitos professores doutrinadores estarão inconformados e revoltados [outros professores doutrinadores não estarão inconformados e revoltados, podendo haver professores doutrinadores inconformados e não revoltados e vice-versa]/ Há [poucos] professores não doutrinadores.
2. Muitos não conseguirão disfarçar sua ira [outros conseguirão disfarçar a sua ira]/Há [poucos] professores que não têm ira.
3. [...] e farão da sala de aula uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias [outros que não conseguirão disfarçar sua ira, mas não farão da sala de aula audiência cativa para suas queixas político-partidárias].
4. Filme ou grave todas as manifestações político-partidárias ou ideológicas que humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência [não filme ou grave as manifestações político-partidárias ou ideológicas que não humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência].

Como efeito dessa construção, na especificidade que apresenta, tem-se que: doutrinadores estarão inconformados e revoltados (1), não conseguirão disfarçar (2) e farão da sala de aula (3) uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias ou ideológicas, humilhando ou ofendendo a liberdade de crença e consciência (4) do estudante catarinense. A suposição (“estarão”) feita no domingo, 28/10/2018, com relação à “semana do dia 29 de outubro”, todavia, guarda relação com um pré-construído de que a sala de aula tem sido espaço de doutrinação

política-partidária ou ideológica, reclamando a partir de tal suposição que a escola não deve ter partido.

Cabe questionar como poderia uma prática pedagógica não ser atravessada ideologicamente, uma vez que a ideologia cumpre uma função social e a escola, como nos disse Althusser ([1985] 2010), é um aparelho ideológico do Estado. Não seria de todo ingênuo, ou convenientemente adequado às forças dominantes, considerar que mesmo a escola se detendo em apenas “treinar o educando no desempenho de destrezas” (FREIRE, [1997], 2019, p. 16) não estaria desenvolvendo um papel ideológico? De certo que sim, pois que, para isso, o professor se colocaria num fictício lugar de um “observador ‘acinzentadamente’ imparcial”, como nos dizeres de Paulo Freire ([1997], 2019, p. 16), que desenvolveria suas atividades numa direção oposta a dos “Condenados da Terra” (FANON, [1961] 1968) e dos excluídos.

Portanto, tal posicionamento seria antiético, uma vez que “a ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe” (FREIRE, [1997], 2019, p. 17-18) e, por que não, política-partidária, quando essa se manifesta discriminatoriamente para com as categorias citadas. Ainda segundo Freire ([1997], 2019, p. 17-18), é por essa ética inseparável da prática educativa que se deve lutar, pois que é incompatível com o papel do professor um “apolitismo” e “um posicionamento não ideológico”. Ou seja, age-se por uma ruptura ou em favor de uma manutenção.

De uma perspectiva de classe, então, desloca-se o foco da relação polarizada entre professores e estudantes, para pensar as relações sociais a partir de um ângulo para o qual uma “doutrinação” político-partidária ou ideológica alinhada a um pensamento considerado de esquerda deveria ser denunciada.

O viés ideológico de esquerda, leia-se orientado a partir da formação ideológica do trabalho (AMARAL, 2013), seria então um incômodo ao pensamento dominante, preocupado com a “doutrinação” no espaço da escola, razão da tentativa de criminalizar o pensamento e prática docente antagônicos, reduzindo seu fundamento à expressão mais recente dos embates da relação capital x trabalho na esfera política (“em virtude da vitória do Presidente Bolsonaro”).

Como parte de uma estratégia de produção de provas (criminais?) e considerando as relações de poder entre professores e estudantes, haveria uma garantia de anonimato, como elemento que favoreceria os estudantes que denunciassem, evitando possíveis

retaliações. Na postagem, o imperativo “denuncie”, grafado em caixa alta e na cor amarela, reforça a produção de sentido criminal, quando considerado para além do linguístico, relacionando-o às condições sócio-históricas de produção do discurso em sentido estrito (Brasil em período pré e pós-eleitoral em 2018 face às forças conservadoras política-partidárias), que operam sobre esse dizer.

[N]a realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial* (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 96, grifo do autor).

Por sua vez, os sentidos aí produzidos o são em um emaranhado de discursos (interdiscurso) (AMARAL, 2007), deixando em iminência a ação da denúncia, por parte do estudante, isto é, de uma prática discursiva/social que corresponda a um ato de criminalização do livre pensar do professor. Isso, somado com a preocupação de uma possível série de desgastantes reuniões com autoridades da Universidade, resultantes do ato da deputada recém-eleita, chegando até as vias judiciais.

Interessa também considerar o que “escapa” das restrições anteriormente apresentadas, uma vez que ao fazê-lo apontamos o caráter heterogêneo da sala de aula, algo próprio do campo da educação, lugar do confronto de pensamentos e posições ideológicas. Tem-se, então, num movimento parafrástico:

1. Outros professores doutrinadores não estarão inconformados e revoltados, podendo haver professores doutrinadores inconformados e não revoltados e vice-versa/Há [poucos] professores não doutrinadores.
2. Outros conseguirão disfarçar sua ira /Há [poucos] professores que não têm ira.
3. Outros que não conseguirão disfarçar sua ira, mas não farão da sala de aula audiência cativa para suas queixas político-partidárias.
4. Não filme ou grave as manifestações político-partidárias ou ideológicas que não humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência.

Difícilmente, a possibilidade de outros professores doutrinadores não estarem inconformados e revoltados poderia se

confirmar, ou mesmo haver professores doutrinadores inconformados e não revoltados e vice-versa (1). Todavia, a possibilidade de haver apenas poucos professores não doutrinadores pode ser uma difícil constatação. Menor relevância ou incômodo pode ser atribuído ao fato de que outros professores doutrinadores conseguirão disfarçar sua ira, embora a possibilidade de haver poucos professores que não tenham ira seja igualmente difícil (2).

Um possível segmento docente que não consiga disfarçar sua ira, mas que não faça da sala de aula audiência cativa para suas queixas político-partidárias poderia ser um mal menor (3). Para diminuir a vigilância dos estudantes, não se deveria, então, filmar ou gravar as manifestações político-partidárias ou ideológicas que não humilhassem ou ofendessem a liberdade de crença e consciência do estudante catarinense (4).

Em resposta às discussões suscitadas também em Alagoas, em decorrência da citada postagem, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) emitiu uma carta pública intitulada “Nota da reitoria da Ufal à sociedade: *Em defesa da liberdade e da autonomia universitária*”⁷. A emissão da referida carta é aqui considerada uma atitude responsiva da Instituição, com base no entendimento de que “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso)” (BAKHTIN, [1979] 2011, p. 271), como a própria carta anuncia, diante de algumas “precipitadas decisões judiciais eleitorais e as ações policiais em universidades” (CORREIA; CRUZ, 2018).

A carta foi lida em sala de aula para uma turma da disciplina Libras do curso de Letras. Não se pode ignorar que a própria atitude de fazer a leitura da carta em sala de aula poderia ser apreendida, por parte do alunado, como uma manifestação política-partidária ou ideológica, embora o ato de ler, em si mesmo, não constitua um posicionamento partidário específico, mas constitui um ato ideológico, como o próprio de todo o dizer e dialoga, enquanto gesto de resistência, com as condições em que “uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção”, como Pêcheux ([1983] 1997, p. 318) questionou.

Cabe lembrar, no entanto, que este ato responsivo individual não pode ser definido como enunciação, uma vez que, como Guimarães (1995, p. 67) afirma, esta é “um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso que se dá como espaço de memória no

⁷ Emitida em 5 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/noticias/2018/11/reitoria-divulga-carta-em-defesa-da-autonomia-universitaria>>.

acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso”, o que aponta para a produção sócio-historicamente determinada dos enunciados (ZOPPI-FONTANA, 2014, p. 83). O ato de ler, então, constitui um movimento de participação real na comunicação discursiva, isto é, num movimento de resposta (BAKHTIN, [1979] 2011), do qual foi extraída a SD a seguir, nesse espaço do dizer produzido por um/a aluno/a (Ax⁸):

SD2: Recentemente vários professores na Universidade têm mostrado receio de que as aulas fossem gravadas, coisa que não acontecia no semestre passado, por exemplo.⁹

Ao entender a linguagem enquanto prática social, uma vez que ela é tão multiforme como os diversos campos de atividade humana e os liga (BAKHTIN, [1979] 2011), observa-se que as práticas discursivas produzidas a partir das reverberações mais recentes do Programa Escola sem Partido (a saber, a utilização desse movimento como bandeira política-partidária, “precipitadas decisões judiciais eleitorais e as ações policiais em universidades” e o pedido para que o estudante “filme e grave” os “professores doutrinadores”), além da ebulição de uma força conservadora e repressora no momento sócio-histórico que antecede tais práticas, porém que só se torna mais visível nelas, apontam interlocutores em relação aos quais age responsivamente, ao inserir numa aula, por exemplo, a leitura da carta emitida pela UFAL.

Essa atitude responsiva se deu tanto na ordem da língua como na ordem da história, produzindo, num primeiro momento, um enunciado que é construído em torno do recente receio mostrado por vários professores de que as aulas fossem gravadas. A produção desse efeito de receio, pela temporalidade que o constitui, requisita perguntar: receio de quem ou de quê? Por quê?

Tais indagações, por sua vez, põem a responsividade na cena enunciativa pelo reconhecimento de diferentes posições-sujeito, constituídas na realidade histórica e materializadas no discurso. Os efeitos de sentido, então, são produzidos no processo que requisita a resposta e nos elementos argumentativos de sua sustentação. Desse modo, o imperativo de Campagnolo (“filme ou grave”, “DENUNCIE!”) constitui

⁸ Referência à/ao aluna/o que produzira o texto oral, cujo nome e sexo serão mantidos anônimos.

⁹ A atividade pedagógica realizada em sala de aula possibilitou a reprodução via software WhatsApp para registro e análise neste trabalho.

um elemento de ressignificação do sujeito-aluno, na sua relação com os sujeitos-professores, produzindo uma redução dos interlocutores que exclui as posições-sujeito representadas por Campagnolo, ao assumir momentaneamente a função enunciativa de porta-voz do Programa.

De acordo com Zoppi-Fontana (2014, p. 79), tem-se, então, “uma relação imaginária de representação, pela qual o porta-voz se destaca do grupo originário como seu legítimo representante”, sustentado por um funcionamento discursivo que busca produzir um efeito de consenso, tornando, conforme a referida autora (2014, p. 83), “visíveis a contradição constitutiva da figura do porta-voz e a dinâmica de deslocamentos nas diferentes posições de sujeito que ela provoca”.

No processo de deslocamento, a Universidade assume posição em defesa dos professores e contra as “precipitadas decisões judiciais eleitorais e as ações policiais em universidades”, atualizando a memória do acontecimento originário, o que pressupõe a interpelação ideológica dos sujeitos. Ainda no campo responsivo, a tomada de posição de um docente, ao trazer para a sala de aula a carta publicada pela UFAL, contribui para recuperar a memória dos dizeres em circulação, ao tempo em que possibilita aos interlocutores-estudantes um posicionamento face às implicações daí suscitadas.

Para além do receio de que as aulas fossem gravadas, o que situamos na superfície discursiva, está não somente a materialização de uma suposta prova contra o professor que estivesse realizando “manifestações político-partidárias ou ideológicas”, como também as consequências advindas dessa atitude, considerada incompatível com o ambiente acadêmico, por parte dos defensores do Programa. No tocante aos aspectos legais, por um lado, estaria em causa a liberdade de cátedra e, por outro, o questionamento de seus fundamentos, limites e consequências.

É nesse espaço instaurado no campo legal que a posição-sujeito assumida pela deputada eleita assume um espaço de poder, que se constitui numa relação de superioridade ao papel do professor, no exercício do seu processo de trabalho, aqui posto em suspeição, pela possibilidade de uso indevido da liberdade de cátedra para realizar doutrinação dos/as estudantes. Mesmo face ao posicionamento da UFAL, publicado por carta em defesa da autonomia universitária, é possível pensar em outros efeitos de sentido igualmente imbricados, o de “erro” e o de “culpa”.

SD1: [...] muitos professores **doutrinadores** estarão inconformados e revoltados. [...] Filme ou grave todas as manifestações político-partidárias ou ideológicas que humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência.
SD2: Recentemente vários professores na Universidade têm mostrado receio de que as aulas fossem gravadas, coisa que não acontecia no semestre passado, por exemplo.

Professores – Sujeito – vários – os que têm mostrado receio.

Receio – coisa que não acontecia.

A temporalidade (recentemente) requisita dizer o que está posto nas atuais condições de produção, que em sua historicidade explica a distinção com o “semestre passado”. Pelo funcionamento do discurso, o efeito de transitoriedade faz deslocar a pressuposta liberdade (de cátedra) para o receio de que a atuação didática seja considerada manifestação *política*-partidária ou ideológica, como se fosse possível haver uma manifestação *política*-partidária sem ser ideológica. A necessidade da pergunta põe em causa o que seria então ideologia, ou melhor, qual seria a ideologia a ser cerceada ou proibida?

Como efeito da contradição, posicionar-se contrariamente a manifestações ideológicas, é manifestar-se para defender uma posição ideológica. Nesse sentido, não se trata de um investimento político contra a ideologia, mas contra uma vertente ideológica específica, em seu funcionamento no campo político e institucional. Por esta via, a ideologia se repete, enquanto um não dito, no discurso supostamente neutro, razão pela qual as “contradições entre diferentes FDs antagonistas produz a repetição no interior de cada uma delas” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 43-44). De acordo com Pêcheux,

as contradições ideológicas que se desenvolvem através da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 83-84).

A prática pedagógica, uma vez sendo considerada subversiva à tentativa de ordem imposta pelo referido Programa, poderia se constituir um erro atribuído ao professor, portanto, passivo de

punição, assim como, uma vez este assumindo posição no erro, estaria assumindo também a sua culpa, o que nos remete ao discurso religioso, historicamente imbricado na educação formal brasileira.

Todavia, considerando que a formação discursiva é um espaço no qual a ideologia opera como função social, sendo um espaço heterogêneo, composto por diferentes posições-sujeito em disputa, é possível apontar elementos de saber postos em relação, por vezes em antinomia, caso de receio/coragem, sendo esta última um fio que articula a atitude responsiva aos mecanismos de resistência pelo enfrentamento de dizeres em suas distintas redes de filiação discursivo-ideológicas.

Além da atitude responsiva exercida pelo professor, no que diz respeito às ações realizadas na aula, a própria perspectiva teórico-metodológica adotada, a qual não concebe dissociação entre língua e social no processo de ensino-aprendizagem de línguas, é uma representação desses efeitos de sentido que se opõem ao receio, e a outros elementos de saber com ele alinhados, como repressão, subjugação e cerceamento, representados por palavras silenciadas ou apagadas em sala (tanto dos alunos como do professor).

As práticas discursivas, que permitem também ler efeitos de sentido como repressão, subjugação e cerceamento, agem em direção oposta a uma educação que seja um processo de humanização. Logo, identificar os efeitos de sentido produzidos nas discursividades aqui analisadas, e entender sua funcionalidade em circulação, contribui para pensar o posicionamento ético e responsável dentro da sala de aula, num ato de comprometimento com uma intervenção concreta, na construção de um processo de ensino-aprendizagem voltado para a emancipação humana, constituindo-se enquanto uma prática de resistência em tempos de reforço do conservadorismo, com implicações para todas as dimensões da vida em sociedade.

Considerações Finais

O Programa *Escola sem Partido* pôs em circulação dizeres de diferentes formações discursivas. Com base numa análise materialista do discurso, em diálogo com pressupostos bakhtinianos, foi possível identificar uma relação constitutiva entre a atitude responsiva e o processo de produção de sentidos, pondo em perspectiva a responsividade, enquanto possibilidade de resistência.

As diferentes posições-sujeito em interlocução apontam para as relações hierarquizadas de poder, que se materializam na ressignificação dos interlocutores no processo de subjetivação. Desse modo, sob movimentos que instituem a Escola *sem partido* retomados no fim de 2019 e indicam retorno agora em 2020¹⁰, estudantes assumem a função de vigiar e denunciar e professores assumem a posição de potenciais infratores. A posição-sujeito legislador, por sua vez, ao tempo em que se constitui como responsável pela formulação legal, assume o domínio sobre seus interlocutores, estudantes e professores, estando os últimos numa relação indireta com o locutor.

As práticas discursivas, então, agem responsivamente às discursividades geradas a partir do próprio Programa, produzindo um efeito de receio, que tem como fundamento material o risco à ação docente em sala de aula, considerando os dizeres enunciados pelo/a interlocutor/a estudante, ao se referir aos professores da UFAL.

São elementos de saber aí materializados o receio e no que consideramos silenciado/apagado a repressão, a subjugação e o cerceamento do trabalho docente. Todavia, a atitude responsiva assumida pela posição-sujeito professor, ao trazer a leitura da carta publicada pela UFAL, possibilita apreender outros elementos constituídos na relação com os anteriormente citados.

A interpretação desses efeitos leva a uma reflexão sobre um processo de ensino-aprendizagem que não deveria se dar dissociado do social e de sua historicidade, opondo-se a um possível ato de neutralidade trazido na discursividade (SD1). É preciso, desse modo, explicitar posicionamentos de intervenção social no ato de ensinar, regidos pela ética e pela responsabilidade, como as atitudes responsivas produzidas na UFAL, fazendo circular efeitos de sentidos de coragem, resistência e enfrentamento.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. de Valter José Evangelista e Mara Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1985] 2010.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. O Marxismo inconcluso da Análise do Discurso: um legado de Michel Pêcheux. **Signo y Seña – Revista del Instituto de Lingüística**, Buenos Aires, n. 24, p. 105-121, dez. 2013.

¹⁰ Ver: <Escola sem Partido volta à discussão na Câmara Federal em 2020>.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **O Averso do Discurso**. Maceió: Edufal, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2011.

BAKHTIN, Mikhail/Volochinov. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, [1929] 2006.

CORREIA, Maria Valéria Costa; CRUZ, José Vieira. **Nota da reitoria à sociedade: em defesa da liberdade de expressão e autonomia universitária**. UFAL. 2018. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/notes/universidade-federal-de-alagoas-ufal/nota-da-reitoria-da-ufal-%C3%A0-sociedade-em-defesa-da-liberdade-de-express%C3%A3o-e-da-au/2159898887354786/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise do Discurso? Trad. Maria Onice Payer. In: CONEIN, Bernard *et al.* (Org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: EdUnicamp, 2016. p. 33-54.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, [1961] 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, [1997] 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1983] 2008.

NAGIB, Miguel. **Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar**. 2014. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

PAINS, Clarissa. **Deputada eleita por partido de Bolsonaro cria polêmica ao pedir que estudantes denunciem professores**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/deputada-eleita-por-partido-de-bolsonaro-cria-polemica-ao-pedir-que-estudantes-denunciem-professores-23195716>. Acesso em: 17 dez. 2018.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. Trad. Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2011a. p.63-75.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). Trad. Bethania S. Mariani *et al.* In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: EdUnicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011b.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Bethania Mariani *et al.* In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: EdUnicamp, [1975] 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: EdUnicamp, [1975] 2009.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; MAROCCO, Andréa de Almeida Leite. Liberdade de cátedra e a Constituição Federal de 1988: alcance e limites da autonomia docentes. In: CAULA, Bleine Queiroz *et al.* **Diálogo ambiental, constitucional e internacional**. Fortaleza: Premium, 2014. v. 2. p. 213-238.

SANTOS, Lúcia de Fátima; STELLA, Paulo R. Ser professor de língua portuguesa na complexidade: resistência e avanços. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 22, n. 44, p. 133-152, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/12194/7588>. Acesso em: 21 nov. de 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 27. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1993. (Polêmicas do nosso tempo).

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialética. **Conexão Letras**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 12, p. 37-50, 2014.

TAVARES, Viviane. **Escola sem partido volta à discussão na Câmara Federal em 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-volta-a-discussao-na-camara-federal-em-2020>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WIKIPÉDIA. **Escola sem partido**. 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_sem_Partido. Acesso em: 17 dez. 2018.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. 2. ed. rev. Campinas, SP: EdUnicamp, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Volume 12, n. 18, 2017, p. 63-71.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Identidades (in) formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003.